

Classe trabalhadora, subjetividades e disputa política

Por Bruno Costa ¹



¹ Bruno Costa é graduado em Letras (UFRN), mestre em Literatura e Memória Cultural (UFRN), assessor da Liderança do PT no Senado Federal e integrante da Coordenação do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPP) de Educação da Fundação Perseu Abramo (FPA).

[...] gostaria apenas de entender como acontece que tantos homens, tantas aldeias, tantas cidades, tantas nações, às vezes sofrem sob um único tirano que não tem outro poder além do poder que eles lhe dão; que só é capaz de prejudicá-los na medida em que eles têm a vontade de aceitá-lo; que não poderia causar-lhes absolutamente nenhum dano, a menos que eles preferissem aceitá-lo em vez de contradizê-lo. Certamente uma situação impressionante!

Étienne de La Boétie

[...] desde o século XIX, a crítica da sociedade foi feita, essencialmente, com base no caráter efetivamente determinante da economia. São redução do “político”, certamente, mas também tendência a negligenciar as relações de poder elementares que podem ser constituintes das relações econômicas.

Michel Foucault

INTRODUÇÃO

A ascensão da extrema-direita em escala planetária provocou uma série de debates sobre as razões pelas quais parcelas expressivas da classe trabalhadora aderem a alternativas e/ou movimentos políticos que tendem a intensificar a espoliação dos trabalhadores em benefício das classes proprietárias, bem como sobre os caminhos que devem ser trilhados pelos partidos e movimentos sociais de esquerda para a reversão desse cenário.

Embora se trate de um fenômeno tão planetário quanto a financeirização da economia, o recrudescimento do neoliberalismo, a apologia à austeridade fiscal, a derrocada do welfare state, a crise climática, a crise migratória, a plataformização do trabalho, a emergência das redes sociais e a tirania algorítmica, a ascensão da extrema-direita adquire feições nacionais particulares.

Como explicar, no Brasil, a adesão de parcelas expressivas da classe trabalhadora ao bolsonarismo? A classe média é mesmo uma abominação política, ética e cognitiva, nos termos de Marilena Chauí? Existe um novo tipo social a merecer a alcunha de pobre de direita, como propõe Jessé Souza? O capitalismo dito superindustrial forjou uma nova divisão das classes não proprietárias (cognitariado, proletariado e precariado), como sugere Fernando Haddad? Fatores econômicos são primordialmente determinantes do voto e/ou da adesão popular? Quais agenciamentos atravessam a classe trabalhadora e seus territórios? Como o Partido dos Trabalhadores deve se repensar diante do resultado das eleições municipais e das conjunturas nacional e internacional? Como explicar a relação entre os resultados positivos do governo Lula em termos de indicadores socioeconômicos e os índices de reprovação do governo? Quais os rumos possíveis para o governo Lula ou para as frações de esquerda que o integram? Quais os rumos possíveis para o PT?

Em *Micropolítica: cartografias do desejo (1986/1996)*, Félix Guattari e Suely Rolnik reivindicam a importância de os movimentos emancipatórios atentarem para a produção da subjetividade, ressaltando que estamos vivenciando uma crise dos modos de subjetivação e de sociabilidade. Dada a natureza da crise, defendem que é preciso adentrar o campo da economia subjetiva e não mais se restringir ao da economia política.

Aqui cabe problematizar ou revisar a proposição de Guattari e Rolnik, uma vez que a economia política não desconsidera os aspectos subjetivos da sociabilidade capitalista. O mais correto seria, talvez, adentrar o campo da economia política em detrimento do economicismo.

O bolsonarismo como fenômeno político de massas e as expressões muitas vezes absurdas desse fenômeno não são compreensíveis a partir de análises estritamente economicistas, pois se trata de agenciamentos que atravessam as classes e frações de classes, envolvendo, como sugerem Guattari e Rolnik em outro contexto, “formações do inconsciente, formações religiosas, míticas, estéticas”; de agenciamentos que penetram o campo de uma “economia subjetiva”.

Deleuze e Guattari, n' ***O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1 (1972/2011)***, colocam o desejo como categoria central para a filosofia política, resgatando Espinosa e Reich para afirmar que não se pode invocar o desconhecimento ou a ilusão das massas para explicar o fascismo, mas sim analisar por quais razões, em certo momento e determinadas circunstâncias, as massas desejaram o fascismo:

Por isso, quando sujeitos, indivíduos ou grupos vão manifestamente contra seus interesses de classe, quando aderem aos interesses e ideais de uma classe que a sua própria situação objetiva deveria determiná-los a combater, não basta dizer: eles foram enganados, as massas foram enganadas. Não é um problema ideológico, de desconhecimento e ilusão, mas um problema de desejo, e o desejo faz parte da infraestrutura. (págs. 142 e 143)

Transitando da esquizoanálise à psicanálise, mais especificamente à obra ***O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936/2010)***, temos Freud, na conferência intitulada Acerca de uma visão de mundo, negando a determinação estritamente econômica do comportamento humano em sociedade e reivindicando o lugar de uma espécie de economia instintual.

Em ***Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916/2010)***, ao tecer as Considerações atuais sobre a guerra e a morte, Freud defende existir uma relação conflituosa entre razão e afeto:

Filósofos e estudiosos do ser humano já nos ensinaram há muito que nos equivocamos em tomar nossa inteligência como um poder autônomo e ignorar sua dependência da vida afetiva. Nosso intelecto, segundo eles, só pode trabalhar confiavelmente se estiver a salvo das ingerências de poderosos impulsos afetivos; caso contrário ele se comporta como um simples instrumento nas mãos de uma vontade, fornecendo o resultado que esta o incumbiu de obter. Portanto, argumentos lógicos são impotentes em face de interesses afetivos, e por isso a disputa com argumentos, que na frase de Falstaff são abundantes como as amoras, é tão infrutífera no mundo dos interesses. A experiência psicanalítica enfatizou ainda mais, se é possível, tal afirmação. Ela pode demonstrar diariamente que as pessoas mais argutas subitamente se comportam como imbecis, tão logo o discernimento buscado se defronta com uma resistência emocional, mas também voltam a compreender tudo quando essa resistência é superada. A cegueira lógica que essa guerra, como que por magia, produziu justamente em muitos de nossos melhores cidadãos, é, portanto, um fenômeno secundário, uma consequência da excitação de afetos, destinada, assim esperamos, a desaparecer com ela. (págs. 227 e 228).

[...]

Suportar a vida continua a ser o primeiro dever dos vivos. A ilusão perde o valor se nos atrapalha nisso. (pág. 246)

A ilusão, a fantasia, o mito ou o próprio falseamento ideológico da realidade poderiam ser compreendidos, assim, como instrumentos a serviço do instinto de autoconservação, como uma forma de subjetivação que permite ao ser humano, em determinadas circunstâncias de alienação, desamparo, medo, ressentimento ou melancolia, suportar uma vida concreta na qual o princípio do prazer se encontra demasiadamente bloqueado.

Como não recordar, ao ler as palavras escritas por Freud há mais de um século, das nossas tentativas frustradas de dialogar com bolsonaristas a partir de argumentos lógicos? Como compreender determinadas manifestações bolsonaristas senão pela excitação dos afetos? Como explicar a diversa composição social do bolsonarismo sem imaginar agenciamentos que atravessam as classes e frações de classes e produzem uma subjetividade coletiva?

Ainda no campo da psicanálise, Vladimir Safatle, no livro ***O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo (2015/2024)***, afirma que a sujeição é afetivamente construída, afetivamente perpetuada e só poderá ser superada afetivamente, a partir da compreensão de que a política é essencialmente um modo de produção de circuito de afetos:

Há de se insistir que não há política sem incorporação, pois só um corpo pode afetar outro corpo. Habitamos o campo político como sujeitos corporificados e, por isso, como sujeitos em regime sensível de afecção. [...] Basta que haja circuito de afetos para que haja corpos em relação, mas o que não pode existir é política sem corpos. (pág. 95)

[...]

O neoliberalismo não é apenas um modo de regulação dos sistemas de trocas econômicas baseado na maximização da concorrência e do dito livre-comércio. Ele é um regime de gestão social e produção de formas de vida que traz uma corporeidade específica, uma corporeidade neoliberal. Margaret Thatcher mostrou ao menos a virtude da honestidade ao afirmar que “a economia é o método. O objetivo é modificar o coração e a alma”. (pág. 137)

[...]

Assim, se nos perguntarmos sobre como foi possível colocar em marcha um processo de recentragem da acumulação através da extração da mais-valia absoluta no momento em que não havia mais condições para apelar à ética protestante do trabalho, responderemos que devemos estar atentos à maneira como um certo “consentimento moral” a tal expropriação, vindo exatamente daqueles que dela mais sofrem, constitui-se graças ao impacto psíquico da internalização de um “ideal empresarial de si”. Graças à internalização desse ideal, o risco de insegurança social produzido pela desregulamentação do trabalho foi suplantado pela promessa de plasticidade absoluta das formas de vida [...]. (págs. 138 e 139)

Sabemos como uma das vertentes da crítica social que se desenvolve a partir de Maio de 1968 visava ao trabalho e a sua incapacidade de dar conta de exigências de autenticidade. Visto como o espaço da rigidez do tempo controlado, dos horários impostos, da alienação taylorista e da estereotipia de empresas fortemente hierarquizadas, o trabalho fora fortemente desvalorizado pelos jovens de 1968. (pág. 183)

[...]

O resultado dessa crítica teria sido a reconfiguração do núcleo ideológico da sociedade capitalista e a consequente modificação do éthos do trabalho. Exemplo maior da “capacidade de sobrevivência do capitalismo por endogeneização da crítica”. Valores como segurança, estabilidade, respeito à hierarquia e à especialização, que o mundo empresarial trouxe de organizações como o Exército e que compunham o núcleo de empresas paradigmáticas dos anos 1950 e 1960, como a IBM, deram lugar a um conjunto de valores vindos diretamente do universo da crítica do trabalho, universo não por acaso decalcado do que os autores [Luc Boltanski e Eve Chiapello] chamam de “crítica artista” às formas capitalistas de vida. Capacidade de enfrentar riscos, flexibilização, desterritorialização resultante de processos infinitos de reengenharia, todos esses valores compõem atualmente um novo núcleo ideológico. (pág. 183)

Não se trata de tecer uma revisão pós-marxista de conceitos como infraestrutura, superestrutura, ideologia e aparelhos ideológicos de Estado, inclusive por ser perfeitamente concebível construir uma analogia entre os aparelhos ideológicos de Estado althusserianos e a máquina de formação da subjetividade capitalística de Guattari e Rolnik, assim como refletir sobre a construção social da subjetividade. Trata-se, sobretudo, de superar as análises estritamente economicistas da realidade e de reivindicar o lugar do desejo e da subjetividade na elaboração de estratégias, programas e políticas capazes de desnaturalizar a barbárie e forjar horizontes emancipatórios.

A partir de um retrato sintético da situação da classe trabalhadora no Brasil, será elaborado um esboço de nosso mal-estar e serão vislumbrados caminhos políticos possíveis.

DA “CLASSE-QUE-VIVE-DO-TRABALHO” NO BRASIL

O que caracteriza o Brasil desde o início de sua formação é que nele se constituiu uma organização econômica destinada a abastecer com seus produtos o comércio internacional. É esse o caráter inicial e geral da economia brasileira que se perpetuaria com pequenas variantes até os nossos dias. Procuremos notá-lo com muita atenção, porque daí derivam os elementos fundamentais da estrutura econômica e social do país. Frente à essência de nossa formação, veremos que, na realidade, nos constituímos para fornecer alguns gêneros alimentícios e matérias-primas aos mercados mundiais. Nada mais que isso.

Caio Prado Júnior

Com base em dados da PNAD Contínua, do Censo Demográfico, do Sistema de Contas Nacionais e de diversas outras fontes institucionais de informação, o IBGE publicou em 2025 a ***Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira***. No momento que o Governo Lula celebra o menor índice de desemprego da série histórica (taxa média anual de 5,6% em 2025), faz-se importante retratar, ainda que sinteticamente, a composição da “classe-que-vive-do-trabalho” no Brasil.

Os dados e gráficos constantes na supramencionada publicação do IBGE revelam que, no ano de 2024:

- o Brasil apresentava nível de ocupação de 58,6%, taxa de desocupação de 6,6% e taxa de subutilização da força de trabalho de 16,2%.
- a população ocupada total abrangia 101,3 milhões de pessoas e a proporção de pessoas em ocupações informais alcançou 46,5%.
- as seguintes atividades econômicas concentravam 63 milhões de pessoas ocupadas de um total de 101,3 milhões: 1) Comércio e reparação (19,41 milhões); 2) Administração pública, educação, saúde e serviços sociais (18,06 milhões); 3) Indústria (13,02 milhões); 4) Informação, financeira e outras atividades profissionais (12,54 milhões).
- o rendimento médio habitual mensal do trabalho principal era de R\$ 2.680,00 no subgrupo comércio e reparação; de R\$ 4.412,00 no subgrupo administração pública, educação, saúde e serviços sociais; de R\$ 3.099,00 no subgrupo indústria; e de R\$ 4.442,00 no subgrupo informação, financeira e outras atividades profissionais.
- o rendimento médio habitual mensal do trabalho principal era inferior ao valor do salário-mínimo de 2024 (R\$ 1.412,00) apenas no subgrupo serviços domésticos, que agregava aproximadamente 5,95 milhões de pessoas ocupadas.
- o rendimento médio real habitual do trabalho principal era R\$ 3.108,00.
- a proporção de pessoas em domicílios com recebimento de benefícios de programas sociais governamentais (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e outros) era de 28,4%.
- o rendimento domiciliar per capita médio foi o maior da série histórica da PNAD Contínua, chegando a R\$ 2.017,00.
- as Regiões Sudeste (R\$ 2.377,00), Sul (R\$ 2.488,00) e Centro-Oeste (R\$ 2.321,00) apresentaram os rendimentos mais elevados, enquanto as Regiões Norte (R\$ 1.389,00) e Nordeste (R\$ 1.312,00) apresentaram os menores rendimentos.
- o rendimento domiciliar per capita mediano (R\$ 1.328,00) equivalia a 65,8% do rendimento médio (R\$ 2.017,00), inferior, portanto, ao valor do salário mínimo então vigente (R\$ 1.412,00).

- nas Regiões Norte e Nordeste, o rendimento mediano era de, respectivamente, R\$ 899,00 e R\$ 845,00.
- o público-alvo potencial do Programa Bolsa Família (pessoas com rendimento abaixo de R\$ 218,00) era de 7,5 milhões de pessoas (3,5% da população).
- tendo como referência as linhas recomendadas internacionalmente para o Brasil (US\$ 6,85 PPC e US\$ 2,15), 48,9 milhões de pessoas (23,1% da população) se encontravam em situação de pobreza e 7,4 milhões de pessoas (3,5% da população) em situação de extrema pobreza.
- entre as pessoas com 15 a 29 anos de idade no país, 18,5% não estavam estudando nem trabalhando;
- a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade era de 5,3%.
- 44,3% da população com 25 anos ou mais anos de idade não haviam concluído a educação básica obrigatória e 32% não haviam concluído sequer o ensino fundamental.

Faz-se importante ressaltar ainda outro trabalho realizado pelo IBGE, por meio de Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e o Ministério Público do Trabalho – MPT, com base em dados do módulo temático sobre teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais da PNAD Contínua, tendo o 4º trimestre de 2022 como referência.

A investigação experimental indicou que a população ocupada de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no setor público e militares, foi estimada em 87,2 milhões de pessoas, das quais 2,1 milhões realizavam trabalho por meio de plataformas digitais de serviços ou obtinham clientes e efetuavam vendas por meio de plataformas de comércio eletrônico no trabalho principal. Desse total, 1 milhão e 490 mil pessoas trabalhavam por meio de aplicativos de serviços e 628 mil utilizavam plataformas de comércio. Observou-se que 1,7% da população ocupada no setor privado trabalhava por meio de aplicativos de serviços.



PESSOAS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR TRABALHO POR MEIO DE PLATAFORMA DIGITAL DE SERVIÇO

Grandes Regiões	Pessoas ocupadas na semana de referência		
	Total (1000 pessoas)	Trabalho por meio de plataforma digital de serviço	
		Total (1000 pessoas)	Percentual (%)
Brasil	87 240	1 490	1,7
Norte	6 848	95	1,7
Nordeste	19 099	248	1,3
Sudeste	39 841	862	2,2
Sul	14 143	181	1,3
Centro-Oeste	7 308	103	1,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, exclusive os empregados no setor público e militares.

Em 2023, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) publicaram os resultados da pesquisa ***Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos***. Com base em dados administrativos da Uber, do iFood, da 99 e do Zé Delivery (recorte temporal de 01/05/2021 a 30/04/2022), identificou-se que essas plataformas agregavam 1,6 milhão de trabalhadores, sendo 1.274.281 motoristas e 385.742 entregadores.

Os números parecem indicar que a plataformização ainda abrange uma pequena parcela da classe trabalhadora brasileira, ainda que consideremos apenas a totalidade dos trabalhadores informais, o que não deve ser compreendido como pretexto para a inobservância do fenômeno.

Se os homens são absoluta maioria no universo dos motoristas e entregadores plataformizados, as mulheres são absoluta maioria no universo do teleatendimento (atendimento a clientes por telefone, SAC, call center, contact center e telemarketing). De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)², o número de trabalhadores no setor de teleatendimento com carteira assinada nunca chegou a 600 mil, o que pode indicar uma pequena participação do setor no mercado de trabalho formal, números subestimados ou ainda um processo de informalização do trabalho de teleoperadores.

De acordo com a Associação Brasileira de Telesserviços (ABT)³, o setor agrega 1,4 milhão de “colaboradores” por todo o território nacional; mais de 60% dos profissionais têm entre 18 e 29 anos; mais de 70% dos seus profissionais são mulheres; metade delas, negras e pardas; mais de 20% dos profissionais são do público LGBTQIA+. A ABT apresenta o setor como um dos que mais empregam no país, embora a afirmação contraste com a realidade do mercado de trabalho retratada na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE.

² Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/12/setor-de-teleatendimento-foi-o-que-mais-fechou-vagas-em-2022-perda-de-postos-comecou-em-2015.ghtml>

Uma importante categoria de trabalhadores não foi nomeada na Síntese de Indicadores Sociais: os microempreendedores individuais. Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006⁴, considera-se MEI o empresário individual que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81 mil, que seja optante pelo Simples Nacional

De acordo com a pesquisa experimental intitulada ***Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais***, publicada pelo IBGE em 2024, mas com dados relativos ao ano de 2022:

- havia 14,6 milhões de microempreendedores individuais (MEIs) no Brasil (18,8% do total de ocupados formais) – 1,5 milhão a mais em relação a 2021.
- 53,6% do total eram homens e 46,4% eram mulheres, com média de 40,8 anos de idade.
- do total de 14,6 milhões de MEIs, 10,5 milhões tinham informação sobre cor ou raça e escolaridade nas fontes utilizadas, sendo que 4,7 milhões se declararam brancos (44,7%), 3,1 milhões se declararam pardos (29,8%), 491,6 mil se declararam pretos (4,7%), 64,3 mil se declararam amarelos (0,6%) e 19,2 mil se declararam indígenas (0,2%).
- do total de 10,5 milhões com informação sobre escolaridade, 1,4 milhão (13,5%) tinha nível superior ou mais, enquanto 9,1 milhões não (86,5%).
- do total de 9,1 milhões sem nível superior, 783,6 mil MEIs eram analfabetos ou tinham até o ensino fundamental incompleto (7,5%), 1,6 milhão tinha ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto (15,6%), e 6,7 milhões tinham ensino médio completo ou superior incompleto (63,4%).
- aproximadamente metade dos MEIs (51,5%) atuava no setor de serviços, sendo que 9% do total de MEIs (1,3 milhão) atuavam como cabeleireiros e/ou em outras atividades de tratamento de beleza, 6,8% (990,4 mil) atuavam no comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios e 6% (876 mil) atuavam em restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas.
- do total de 14,6 milhões de MEIs, 4,1 milhões estavam presentes no CadÚnico (28,4%) e 2,1 milhões eram beneficiários do Programa Bolsa-Família (PBF).
- 17,3% (2,5 milhões) dos MEIs também possuíam vínculo empregatício.

³ Fonte: <https://www.abt.org.br/>

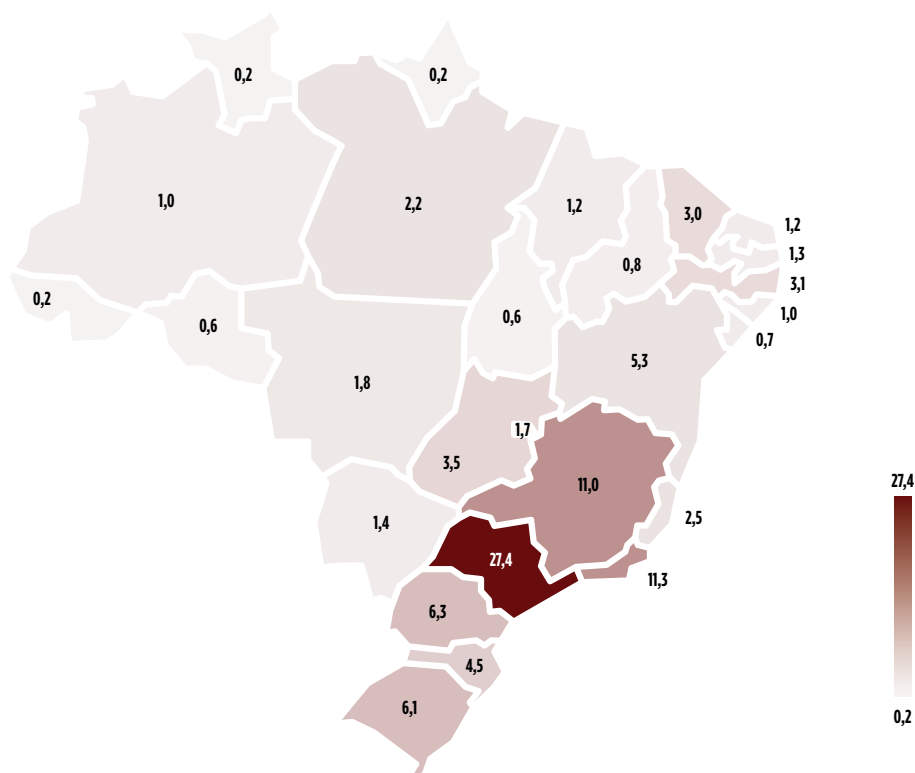
⁴ Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm

- estados do eixo Sul-Sudeste apresentam as maiores concentrações de MEIs: São Paulo - 4 milhões (27,4%); Rio de Janeiro - 1,6 milhão (11,3%); Minas Gerais - 1,6 milhão (11,0%); Paraná - 924,3 mil (6,3%); Rio Grande do Sul - 883,5 mil (6,1%).

A concentração de MEIs no setor de serviços e a receita limítrofe para enquadramento legal na categoria indicam que, embora classificados legalmente como empresários, os microempreendedores individuais integram a “classe-que-vive-do-trabalho”. Os dados revelam ainda que muitos microempreendedores individuais necessitam de programas de assistência social para sobreviver.

Importante considerar que a pesquisa identificou 14,6 milhões de brasileiros atuando como MEIs no âmbito da ocupação formal, o que sugere um número maior de microempreendedores quando considerada a ocupação informal.

Distribuição Nacional do Número de MEIs - Brasil - 2022 (%)



Fonte: Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais 2022

Em síntese, os dados – especialmente os constantes na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE – revelam um cenário de profundas desigualdades socioeconômicas, regionais, étnico-raciais e de gênero. Revelam ainda que, mesmo em uma conjuntura de crescimento econômico, geração de emprego e redução da pobreza, a “classe-que-vive-do-trabalho” no Brasil enfrenta imensas dificuldades para assegurar a subsistência familiar e viver com dignidade.

Vale a pena grifar: em 2024, 48,9 milhões de pessoas (23,1% da população) se encontravam em situação de pobreza e 7,4 milhões de pessoas (3,5% da população) em situação de extrema pobreza; a proporção de pessoas em domicílios com recebimento de benefícios de programas sociais governamentais (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e outros) era de 28,4%.

Para Juliane Furno⁵, dois elementos principais podem explicar o relativo paradoxo entre a melhoria econômica real e a percepção negativa da situação econômica: o aumento do endividamento acompanhado da elevação da inadimplência em um período de juros excessivamente elevados; e a frustração de uma juventude que acessou as políticas de expansão do acesso ao ensino superior com as vagas existentes no mercado de trabalho, com a baixa remuneração, com a falta de expectativa de aposentadoria e com a dificuldade de materialização do sonho da casa própria:

As reformas trabalhista e previdenciária corroboram com essa sensação coletiva de que a atual geração padecerá sob vínculos de emprego precários e/ou informais, sem acesso ao conjunto dos direitos trabalhistas. Da outra ponta, nossa perspectiva de aposentadoria também se distancia, não apenas porque teremos que trabalhar mais anos, mas pela necessidade de anos comprovados em registro na carteira de trabalho. Além disso, as incessantes tensões em torno da desvinculação do valor das aposentadorias do salário mínimo nos levam à crença de que mesmo quem conseguir se aposentar terá que seguir trabalhando até morrer.

[...]

[...] A juventude demanda transformações estruturais na sociedade, para que seja possível voltar a almejar uma vida com perspectiva positiva de futuro.

Portanto, mesmo quando o governo Lula celebra índices substantivos de crescimento econômico e de redução do desemprego e da pobreza, a realidade da classe trabalhadora ainda é extremamente difícil, muito distante de um sempre adiado Estado de bem-estar social.

Na obra *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital (2018/2020)*, Ricardo Antunes refuta abordagens teóricas que vislumbram a superação da teoria do valor-trabalho em decorrência da supremacia da ciência como força produtiva – a exemplo da abordagem de Jürgen Habermas –, caracteriza o processo de reestruturação produtiva do capital em escala global deflagrado na década de 1970 e intensificado pós-crise estrutural do capital (2008), identifica o processo de desertificação neoliberal derivado da reestruturação produtiva e faz um diagnóstico desse processo no Brasil.

⁵ Fonte: <https://www.intercept.com.br/2026/04/13/endividamento-das-familias-popularidade-de-lula/>

Ao se referir ao novo proletariado de serviços, Antunes utiliza expressões como “cibertariado” e “infoproletariado”, e chega a afirmar que os teleoperadores, que em 2011 teriam alcançado a casa de 1 milhão de trabalhadores, representam uma das maiores categorias de assalariados. Trata-se, aparentemente, de uma supervalorização do peso do setor de teleatendimento e telemarketing na composição da classe trabalhadora brasileira, embora a caracterização da desertificação neoliberal presente na obra nos ajude a “diagnosticar” o mal-estar brasileiro:

Em História e consciência de classe, no ensaio “A coisificação e a consciência do proletariado”, Lukács demonstrou como a fragmentação taylorista do trabalho penetrava até a “alma do trabalhador”, alicerçando os fundamentos da coisificação, numa completa articulação entre materialidade e subjetividade operária. Gramsci, em seu ensaio “Americanismo e fordismo”, explorou a ideia do homem integral para o capital, em que até o controle da sexualidade era concebido, de modo a canalizar a virilidade masculina na produção maquinica. (pág. 106)

[...]

Se, na empresa taylorista-fordista, o despotismo é mais explícito em sua conformação, e o estranhamento ou o modo de ser da coisificação acaba sendo mais “direto”, na fábrica da flexibilidade liofilizada, diferentemente, as novas técnicas de “gestão de pessoas”, as “colaborações” e as “parcerias” procuram “envolver” as personificações do trabalho de modo mais interiorizado, procurando converter os empregados “voluntariamente” em uma espécie de autocontroladores de sua produção, em déspotas de si mesmos. (pág. 114)

[...]

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho. Em outras palavras, trata-se de um modelo de gestão que simultaneamente se organiza visando o envolvimento da subjetividade inautêntica, o controle da subjetividade dos trabalhadores, mecanismo necessário para a obtenção de altos índices de produtividade, e se configura cada vez mais como incapaz, pela própria intensidade concorrencial e instabilidade do mercado, de garantir condições de trabalho minimamente adequadas à saúde física e mental dos trabalhadores. (pág. 155)

Os dados constantes na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE revelam que a curva da formalidade no mercado de trabalho e a curva da informalidade se aproximam, enquanto as Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais, também do IBGE, revelam que, em 2022, havia 14,6 milhões de microempreendedores individuais (MEIs) no Brasil (18,8% do total de ocupados formais), de modo que podemos falar em uma era da despossessão de direitos trabalhistas e das contrarrevoluções preventivas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AGENCIAMENTOS RELIGIOSOS E ALGORÍTMICOS

A classe trabalhadora brasileira não é atravessada apenas pela desertificação neoliberal – expressa sobretudo através das reformas fiscal (teto de gastos), trabalhista e previdenciária materializadas nos governos Temer e Bolsonaro –, mas também por poderosos agenciamentos religiosos e algorítmicos que contribuem para a modelização de sua subjetividade, dentre outros agenciamentos.

Mas o que são os referidos agenciamentos? Trata-se de um conceito anexato explorado por Deleuze e Guattari em *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2 (1980/2011,2012)*, que aprofunda as reflexões iniciadas n’*O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1 (1972/2011)*.

Os agenciamentos são passionais, são composições de desejo. O desejo nada tem a ver com uma determinação natural ou espontânea, só há desejo agenciando, agenciado, maquinado. A racionalidade, o rendimento de um agenciamento não existem sem as paixões que ele coloca em jogo, os desejos que o constituem, tanto quanto ele os constitui. (2012, Vol. 5, págs. 83-84)

[...]

Denominaremos agenciamento todo conjunto de singularidades e de traços extraídos do fluxo – selecionados, organizados, estratificados – de maneira a convergir (consistência) artificialmente e naturalmente: um agenciamento, nesse sentido, é uma verdadeira invenção. (2012, Vol. 5, pág. 94)

[...]

Em cada agenciamento é preciso encontrar o conteúdo e a expressão, avaliar sua distinção real, sua pressuposição recíproca, suas inserções fragmento por fragmento. Mas, se o agenciamento não se reduz aos estratos, é porque nele a expressão devém um sistema semiótico, um regime de signos, e o conteúdo, um sistema pragmático, ações e paixões. (2012, Vol. 5, págs. 232-233).

O adjetivo anexato parece adequado, uma vez que os agenciamentos derivam de uma teoria que busca se aproximar do real como multiplicidade, como heterogênese; de uma espécie de linha de fuga teórica que enxerga o inconsciente não como um teatro edipiano, mas como fábrica, como máquina desejante, e o desejo como aquilo que, a partir de territórios existenciais, flui para agenciamentos que metabolizam o infinito.

Um agenciamento em sua multiplicidade trabalha forçosamente, ao mesmo tempo, sobre fluxos semióticos, fluxos materiais e fluxos sociais [...]. (2011, Vol. 1, pág. 45)

Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, lados territoriais ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, picos de desterritorialização que o arrebatam. (2011, Vol. 2, pág. 31)

N'O Abecedário de Gilles Deleuze⁶ – série peculiar de entrevistas realizada por Claire Parnet e filmada entre 1988 e 1989 –, Deleuze reafirma que um agenciamento possui quatro dimensões:

Um agenciamento comporta estados de coisas e enunciados, estilos de enunciação. É interessante, a História é feita disto, quando aparece um novo tipo de enunciado? Por exemplo, na revolução russa, os enunciados do tipo leninista, quando eles aparecem, como, em que forma? Em 68, quando apareceram os primeiros enunciados ditos de 68? É bem complexo. Todo agenciamento implica estilos de enunciação. Implica territórios, cada um com seu território, há territórios. Mesmo numa sala, escolhemos um território. Entro numa sala que não conheço, procuro o território, lugar onde me sentirei melhor. E há processos que devemos chamar de desterritorialização, o modo como saímos do território. Um agenciamento tem quatro dimensões: estados de coisas, enunciações, territórios, movimentos de desterritorialização. E é aí que o desejo corre...

A partir da reflexão esquizoanalítica, portanto, o agenciamento pode ser compreendido como um operador teórico que parte do real como multiplicidade e do desejo como aquilo que – agenciando e agenciado – produz real; que enxerga o inconsciente como usina e a subjetividade como um engendramento de diferentes registros semióticos que concorrem para a sua modelização.

Em **Caosmose: um novo paradigma estético (1992/2012)**, Félix Guattari menciona a potência de transferência cognitiva adquirida pelos algoritmos matemáticos como uma mutação importante no âmbito do agenciamento científico-tecnológico, capaz de contaminar todos os outros domínios ou agenciamentos.

⁶ Fonte: <https://machinedeleuze.wordpress.com/2021/06/07/o-abecedario-de-gilles-deleuze-transcricao-completa/>

O metabolismo do infinito, próprio a cada Agenciamento, não se fixa de uma vez por todas. E quando surgem mutações importantes em um deles – por exemplo, a reprodutibilidade potencialmente ilimitada do texto e da imagem pela imprensa ou a potência de transferência cognitiva adquirida pelos algoritmos matemáticos no domínio das ciências... –, quando surgem mutações de tal porte em um deles, contaminam os outros domínios, transversalmente. (pág. 116)

Assim, podemos compreender as religiões e os próprios sistemas algorítmicos como agenciamentos que metabolizam fluxos semióticos, materiais e sociais; como constructos que concorrem para a modelização das subjetividades.

AGENCIAMENTOS RELIGIOSOS

A frase: “Quem não é por mim, é contra mim” é uma das maiores mudanças históricas na sociologia da religião. Quem acredita em Wodan ou em Vitzliputzli não é, portanto, de forma alguma “contra” Zeus ou Baal: cada deus diz respeito apenas aos seus próprios crentes, cada comunidade a seu próprio deus, e assim nenhum deus reivindica a veneração de outro deus. Só o deus cristão abrange sua esfera sobre aqueles que nele acreditam e sobre aqueles que não acreditam nele. Entre todas as forças vitais supra teóricas, ele é o primeiro a romper a exclusividade do grupo social, que até então mantinha os interesses de seus indivíduos em uma unidade espaço-temporal única.

Georg Simmel

O culto ao dinheiro tem seu ascetismo, sua renúncia, seu autossacrifício – a parcimônia e frugalidade, o desprezo dos prazeres mundanos, temporais e efêmeros; a busca do tesouro eterno. Daí a conexão entre o puritanismo inglês ou também do protestantismo holandês com o ganhar dinheiro.

Karl Marx

No Brasil, a crescente adesão popular às igrejas evangélicas e o progressivo poder da autointitulada Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional suscitam tentativas, em especial no âmbito da esquerda, de compreensão desse fenômeno. Estamos diante de uma regressão de caráter pré-iluminista? A diluição da fronteira entre política e religião é um fenômeno novo ou apenas um fenômeno antigo com nova roupagem? Há relação discernível entre o crescimento das igrejas evangélicas e a ascensão da extrema-direita – sobrevalorizando as pautas morais e de costumes? Quais agenciamentos religiosos atravessam a sociedade brasileira e disputam a “administração dos bens de salvação”⁷?

⁷ Expressão utilizada por Pierre Bourdieu em Uma interpretação da Teoria da Religião de Max Weber (1971), constante no livro A economia das trocas simbólicas (2009), organizado por Sergio Miceli.

Na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo (1904-1905/2020)*, Max Weber elabora uma relação entre o espírito do capitalismo moderno e a ética racional do protestantismo ascético. Como o próprio Weber adverte, não se trata de considerar o capitalismo enquanto sistema econômico como um produto da Reforma Protestante, mas sim de refletir sobre as consequências culturais da Reforma, inclusive como “consequências indesejadas do trabalho dos reformadores”.

Weber caracteriza quatro formas históricas principais de protestantismo ascético: calvinismo, pietismo, metodismo e as seitas derivadas do movimento anabatista.

Ao discorrer sobre o calvinismo, ressalta a doutrina da predestinação como seu dogma mais característico, considerando-a extremamente desumana, uma vez que produziria uma sensação sem precedentes de solidão interior do indivíduo, dada a impossibilidade de escolha entre o grupo dos eleitos e o grupo dos condenados. A doutrina da predestinação seria, portanto, uma das raízes “daquele individualismo com inclinações à desilusão e ao pessimismo”, mas também “o pano de fundo dogmático da moralidade puritana no sentido de uma conduta ética metodicamente racionalizada”.

Ao discorrer sobre o pietismo, Weber destaca a crescente ênfase – contrária à ortodoxia calvinista – na emotividade, considerando-o como resultado da penetração da conduta ascética no interior das denominações não calvinistas.

O metodismo, por sua vez, seria uma combinação de um tipo emocional e ao mesmo tempo ascético de religião com uma crescente indiferença às bases dogmáticas do ascetismo calvinista, como a doutrina da predestinação.

Weber considera as seitas batistas como uma segunda fonte independente de ascetismo protestante, caracterizadas pela racionalização religiosa do mundo, ruptura com toda fruição da vida, desvalorização dos sacramentos como meios para a salvação, mas também pela rejeição da doutrina da predestinação.

[...] a valorização religiosa do trabalho sistemático, contínuo e incansável em uma profissão mundana, como o mais elevado meio para o ascetismo, e, ao mesmo tempo, o mais certo e a mais evidente comprovação do renascimento e da fé genuína, devem ter sido a mais poderosa alavanca para a expansão daquela atitude perante a vida, a que chamamos espírito do capitalismo.

Quando a limitação do consumo é combinada com essa liberação da atividade aquisitiva, o resultado prático inevitável é óbvio: acumulação de capital por meio da compulsão ascética de poupar. As restrições que foram impostas sobre a atividade de consumo de riqueza naturalmente serviram para incrementar esse aspecto, tornando possível o investimento produtivo de capital. O quão intensa essa influência era não é, infelizmente, suscetível de exata demonstração estatística. (pág. 238)

[...]

Ninguém sabe quem viverá nessa jaula no futuro, ou se, ao final desse tremendo desenvolvimento, novos profetas inteiramente diferentes vão surgir, ou se haverá um grande renascimento das velhas ideias e ideais, ou se, caso nenhum dos dois ocorra, a petrificação mecanizada será embelezada com uma espécie de autoimportância convulsiva. Pois, ao final do último estágio desse desenvolvimento cultural, poderá ser justamente dito: “especialistas sem espírito, sensualistas sem coração; essa nulidade imagina ter alcançado um nível de civilização nunca antes alcançado”. (pág. 246)

Passados aproximadamente cinco séculos da Reforma Protestante, testemunhamos no Brasil uma hegemonia católica em processo de relativa decadência e uma crescente influência das igrejas evangélicas. Poder-se-ia, talvez, buscando uma resposta ao questionamento de Weber sobre o futuro do que caracterizou como “jaula”, vislumbrar uma transição entre a ética protestante e a ética neopentecostal, entre o espírito do capitalismo e o espírito do neoliberalismo.

A proliferação de igrejas evangélicas em territórios atravessados pela despossessão, além de resultado da despossessão em si, também pode ser compreendida como uma espécie de empreendedorismo vinculado aos “bens de salvação”, responsável por forjar – na ausência do Estado e de agenciamentos contra-hegemônicos – teias simbólicas, econômicas e políticas.

A derrocada do welfare state nos países centrais e a impossibilidade do welfare state nos países periféricos, associadas à crise das alternativas anticapitalistas, parece favorecer a formação do “burguês-de-si-próprio” e do “proletário-de-si-mesmo”⁸, ou seja, do empreendedorismo como ideologia e como fenômeno social.

Em *Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam (2020/2022)*, Juliano Spyer analisa a conversão de milhares de brasileiros pobres ao protestantismo e considera esse processo como “o fenômeno de massas mais importante das últimas décadas”.



A fim de caracterizar a diversidade do universo evangélico no Brasil, em oposição a uma visão estereotipada, Spyer opta por duas categorias abrangentes: protestantes históricos, referindo-se aos cristãos pertencentes a igrejas mais imediatamente derivadas da Reforma Protestante (igrejas Luterana, Batista, Presbiteriana, Metodista, Episcopal...), que se estabeleceram no Brasil desde meados do século XIX; e o movimento pentecostal, que chegou ao Brasil no início do século XX com a fundação da Congregação Cristã no Brasil e da Assembleia de Deus, tendo sido fundado por negros em um estábulo abandonado em Los Angeles, Estados Unidos.

⁸ Expressões constantes em *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital (2018/2020)*, de Ricardo Antunes.

Citado por Spyer, o sociólogo da religião David Martin caracteriza o movimento pentecostal como um movimento popular desde sua origem, com forte participação dos pobres e socialmente excluídos, protagonizado por pessoas simples, para pessoas simples, através de linguagem simples e exemplos simples. Martin ressalta ainda que a expansão do pentecostalismo por regiões pobres não se deu por iniciativa ou influência dos Estados Unidos, mas sim por fatores locais, e que na América Latina o pentecostalismo teve um apelo particular para as populações marginalizadas. Um dos fatores locais que favoreceu a adesão ao universo evangélico no Brasil, de acordo com Spyer, foi o êxodo de milhares de trabalhadores rurais do Norte e do Nordeste para as periferias urbanas a partir da segunda metade do século XX.

Embora os fatores ditos locais tenham inegável importância, a pesquisadora Marina Basso Lacerda, na obra ***O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro (2019)***, ressalta que Reagan e a direita cristã atuaram no contexto da Guerra Fria em enfrentamento a ideologias e movimentos progressistas na América Latina:

Encorajados pela Casa Branca, esses cristãos usaram suas missões para promover a agenda do governo dos Estados Unidos, tentando dissuadir pessoas de entrar em movimentos que lutaram por mudança social [...]. (pág. 40)

[...]

O esforço missionário na América Latina combinou esse desejo ardente de ganhar o mundo para Cristo com as pretensões de hegemonia norte-americana (Stoll, 1990, p.71) [...]. (pág. 40)

[...] o tipo de intervenção mais relevante de Reagan na América Central e na América do Sul foi pelo soft power, inclusive com o poder de influência e de mobilização dos missionários da direita cristã. (pág. 42)

[...]

[...] A National Religious Broadcasters, rede de difusão evangélica, tinha várias filiais na América Latina. Uma das maiores ficava no Brasil, onde, na década de 80, “a NRB financiou a construção de estações de rádio cristãs brasileiras, uma escola de treinamento técnico para radiodifusores cristãos e um transmissor de ondas curtas” (Diamond, 1989, p. 42-3). (págs. 42-43)

[...]

[...] O Brasil era, no mundo, o país que mais tinha missionários protestantes norte-americanos, sendo que essa quantidade nada menos que triplicou entre 1960 e 1970 (Fernandes, 1981, p.41 e 58). (pág. 43)

[...]

A Teologia da Libertação estava até mesmo sendo investigada pelo Senado dos EUA em uma subcomissão dedicada ao terrorismo. Os trabalhos do colegiado indicam que a corrente católica era uma “estratégia cubano-soviética para subverter o hemisfério”. As audiências da subcomissão eram, para Stoll (1990, p. 1.853-1.862), o espelho de como a administração de Reagan manipulou a religião e usou o pretexto da cristandade para justificar o sistema capitalista e identificar os oponentes da religião como subversivos. (pág. 44)

Considerando “neopentecostalismo” um termo analítico que não costuma ser usado entre os evangélicos, Spyer ressalta que esse movimento aparece nos Estados Unidos em meados do século XX e pouco depois chega ao Brasil, tendo como principal organização a Igreja Universal do Reino de Deus.

[...] Tendo se desenvolvido a partir dos caminhos abertos pela referência moral e pelas práticas do pentecostalismo, esse movimento funde a ideia do culto exuberante, emocional e interativo com uma lógica meritocrática mais explícita e de busca do sucesso material. São eles que professam a chamada “teologia da prosperidade” [...], que gera desconforto fora e também dentro dos outros círculos evangélicos.

Por ora, é suficiente explicar que a partir das conclusões do sociólogo Ricardo Mariano, a teologia da prosperidade não é o mesmo que a ética clássica protestante, na qual o fiel melhora de vida do ponto de vista econômico por uma conduta metódica no trabalho. Para o neopentecostal, a conversão e a adoção da prática religiosa são recompensadas por Deus via ascensão financeira. No primeiro caso, o fiel é estimulado a agir metodicamente em relação ao trabalho; e a consequência disso, muitas vezes, é a prosperidade. No caso dos neopentecostais, há uma expectativa de recompensa como consequência da conversão. Em vez de promover a dedicação metódica ao trabalho, o neopentecostal é estimulado a atuar de maneira empreendedora para enfrentar as adversidades da vida.

Essa visão empreendedora aparece no discurso que promete melhora de vida aos convertidos, e na prática de como a igreja é gerida como uma empresa. O discurso motivacional é aplicado aos fiéis, mas serve também aos que trabalham para a organização. Levar a palavra de Deus é uma missão divina que recompensa aquele que se entrega a ela, com a salvação na vida futura no Paraíso, mas também na vida presente na Terra. [...] (pág. 63)



[...]

A expectativa de ter uma vida materialmente melhor ajuda a explicar por que pentecostais, que emergem principalmente de setores de baixa renda, são predominantemente urbanos, jovens, negros ou pardos, do sexo feminino, ficam menos anos na escola e têm salários menores do que a média da população. [...] é essa a população que encontra no cristianismo evangélico as certezas para sobreviverem em um mundo com muitas incertezas. (pág. 79)

[...]

As igrejas evangélicas – juntamente com os bares e as próprias vizinhanças – são os espaços de socialização mais comuns nas periferias. Eles estão presentes mesmo em áreas recentemente ocupadas, muitas vezes antes da chegada de serviços como água encanada, eletricidade e pavimentação das ruas. Mas as igrejas têm uma atitude empreendedora e evangelista que amplia sua oferta de ajuda onde o Estado não está presente [...]. (pág. 116)

[...]

[...] A teologia da prosperidade não se refere apenas à prosperidade financeira. A meta única não é ganhar dinheiro, mas viver melhor – em termos de saúde, vida familiar, afeto e também dinheiro. Essa visão aparece, por exemplo, em como os cultos da Igreja Universal, a principal representante do neopentecostalismo no Brasil, cada dia da semana têm finalidades específicas que vão além da dimensão financeira: há o culto do sucesso, o culto da cura, o culto da salvação e o culto do amor. (págs. 136 e 137)

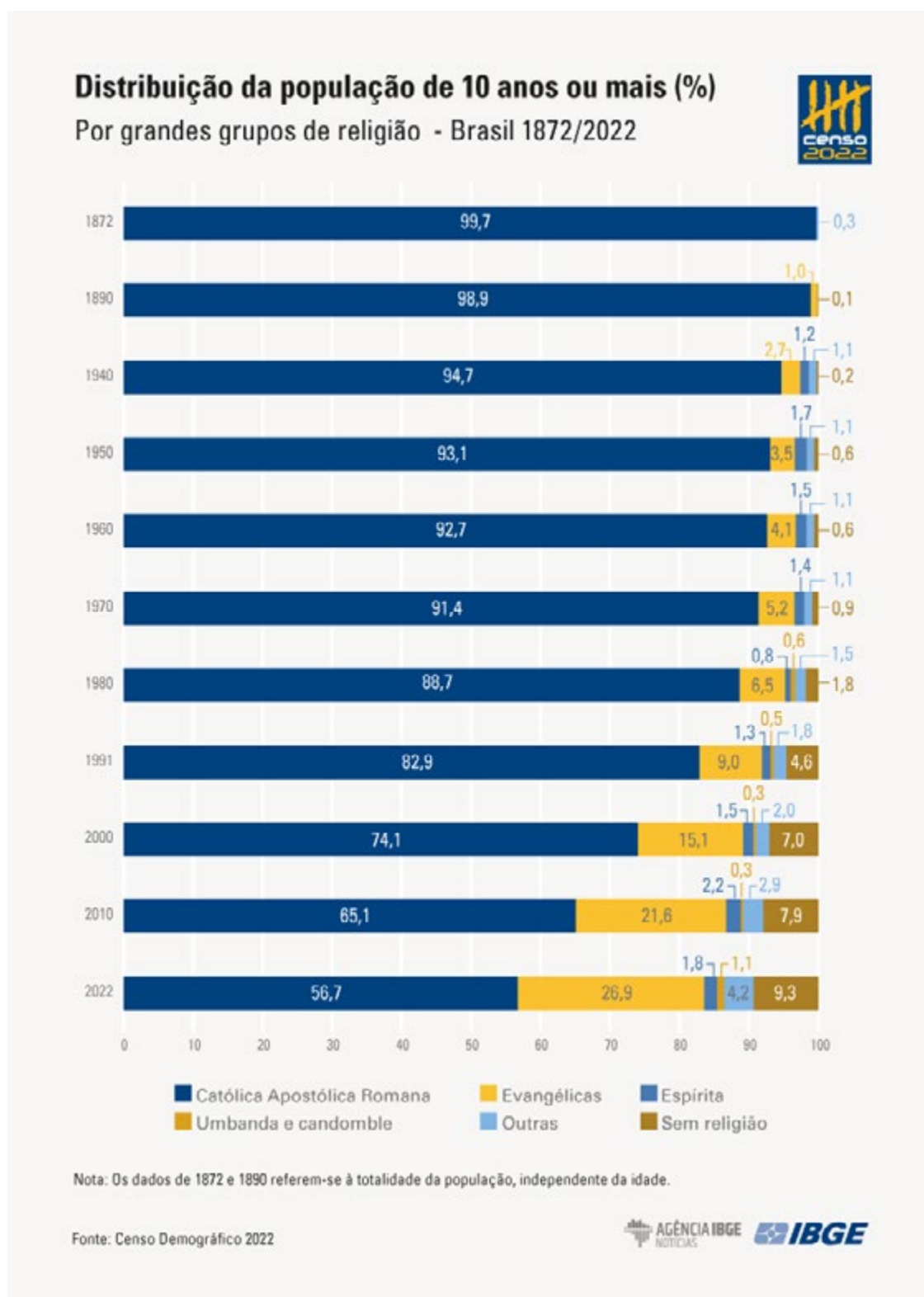
[...]

[...] A lógica do catolicismo é invertida no pentecostalismo: a premiação divina não vem depois, mas chega agora. Na perspectiva evangélica, os problemas vividos são fruto da influência do Diabo, que desencaminha as pessoas por meio de tentações relacionadas, por exemplo, ao prazer rápido das drogas e do sexo descompromissado, mas Jesus provê a prosperidade e a paz aqui na Terra para quem agir em seu nome. (págs. 165 e 166).

Como o próprio Spyer verbaliza, seu livro pretende popularizar uma compreensão que é lugar-comum para sociólogos e antropólogos que estudam religião, qual seja: a adesão às igrejas evangélicas melhora as condições de vida dos brasileiros mais pobres, uma vez que essas igrejas ocupam espaços abandonados pelo Poder Público e funcionam como uma espécie de estado de bem-estar social informal.

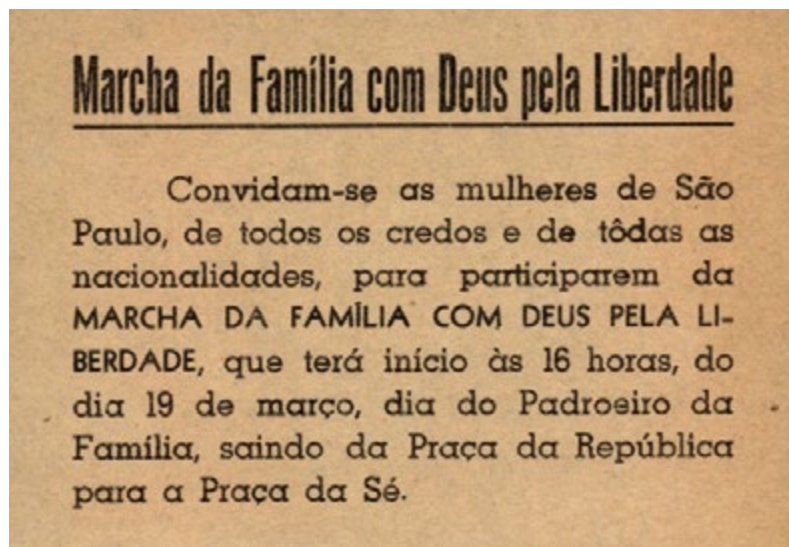
Parece plausível sugerir que a penetração do ascetismo religioso na classe trabalhadora representa também uma forma de naturalização da alienação imposta à “classe-que-vive-do-trabalho”. Parece igualmente plausível vislumbrar uma correlação entre desertificação neoliberal, meritocracia, empreendedorismo e ascetismo religioso.

Mas a crescente adesão popular às igrejas evangélicas não deve ofuscar o fato de o catolicismo continuar sendo a religião que agrega a maioria da população brasileira. De acordo com o Censo de 2022⁹, os católicos representam 56,7% da população de 10 anos ou mais, enquanto os evangélicos representam 26,9%.



⁹ Fonte: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>

Na obra ***A Igreja e a Política: católicos e catolicismos em metamorfose (2024)***, organizada por Sílvia Fernandes e Nelson Lelis, diversos pesquisadores iluminam a presença da Igreja Católica no Brasil, resgatando a fusão entre Igreja Católica e Estado sob o regime do Padroado – do Brasil Colônia à Proclamação da República (1889) –, a renovação proposta pelo Concílio Vaticano II (1962), a formação da chamada “esquerda católica”, o papel do catolicismo conservador nos anos 1960, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade (1964), a ascensão da Renovação Carismática Católica (RCC) entre 1980 e 1990 e a reedição das Marchas da Família em 2014.



Convite publicado nos principais jornais de São Paulo em março de 1964¹⁰.

No artigo ***Primeiro como tragédia e a segunda como farsa: as marchas católicas e a urdidura do discurso conservador no Brasil***, de Aline Alves Presot e Paulo Gracino Junior, constante em ***A Igreja e a Política: católicos e catolicismos em metamorfose***, a transcrição da posição da CNBB em relação ao golpe civil-militar de 1964 é reveladora da hegemonia conservadora na Igreja Católica naquele momento histórico:

De uma à outra extremidade da Pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente. (pág. 42)

¹⁰ Fonte: <https://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contra-jango#card-3>

Ao analisar a reedição das Marchas da Família em 2014, Aline Alves Presot e Paulo Gracino Junior ressaltam:

A primeira dessa nova série de manifestações ocorreu em São Paulo, no dia 22 de março de 2014, sinalizando para o retorno de elementos caros ao imaginário político conservador, especialmente em se tratando de momentos de crise. É possível observar uma série de semelhanças no repertório simbólico evocado nessas manifestações, como a defesa da família e dos valores cristãos ocidentais, a crítica à corrupção e o pedido por uma intervenção militar “moralizadora das instituições”. As referências ao anticomunismo se manifestam de maneira difusa, como se se operasse uma fusão com o discurso antipetista. O governo da presidenta Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores, desta feita, personificam o inimigo a ser combatido. (págs. 46-47),

No artigo ***Catolicismo e política: históricas dissonâncias e novas roupagens***, também presente em ***A Igreja e a Política: católicos e catolicismos em metamorfose***, Sílvia Fernandes considera a ascensão de Bolsonaro como parte de uma coalização de latifundiários, protestantes evangélicos, católicos conservadores e militares (pág. 69). Para Fernandes, a Renovação Carismática Católica (RCC) foi a estratégia católica preferida para combater o rápido e contínuo crescimento do pentecostalismo, embora não seja recomendável exagerar – defende a pesquisadora – a oposição entre uma RCC conservadora, intimista e espiritualista e CEBs politicamente progressistas e socialmente engajadas (pág. 60).

Faz-se importante refletir se a RCC é de fato uma estratégia de combate ao rápido e contínuo crescimento do pentecostalismo ou se, em verdade, pode ser compreendida como uma área de influência do pentecostalismo na Igreja Católica. A história do surgimento e da expansão do “Pentecostalismo Católico”, constante no endereço eletrônico da RCC Brasil¹¹, sugere interseções de forma e conteúdo que talvez justifiquem a unidade entre católicos carismáticos e neopentecostais sob o signo da família cristã.

É o que sugere Edebrando Cavalieri no artigo ***Política Católica: da resistência ao diálogo com o mundo***, que integra a obra ***A Igreja e a Política: católicos e catolicismos em metamorfose***:

Na verdade, a própria cultura católica está em processo de pentecostalização. Isso não significa que teremos uma espécie de reforma pentecostal aos moldes da Reforma Protestante. Isso não seria possível. Para a pentecostalização da cultura bastaria internamente haver um conjunto de pregação impactante, evangelismo e retorno ao tradicionalismo. Um pequeno número de doutrinas dogmatizantes, ritos empolgantes e mitos que

¹¹ Fonte: <https://rccbrasil.org.br/nossa-historia/>

transformariam a experiência religiosa em nível funcionalista. Por fim, essa cultura culmina com uma espécie de idolatria, conforme muito bem nos diz Paul Tillich ao caracterizar o aspecto proselitista dessa experiência que transforma o crente num indivíduo apto para julgar de modo absoluto, transformando em absoluto o que é relativo. Aqui vê-se que há um incremento conservador na cultura atual que inibe o avanço de temas progressistas na sociedade, contudo, isso não se deve ao crescimento do número de crentes das Igrejas pentecostais, mas da formação de uma disposição ou pentecostalidade comum aos indivíduos. Trata-se de uma espécie de ontologia pentecostal. (págs. 110-111)

O que parece existir, portanto, além de uma nítida disputa pela administração dos bens de salvação no país mais populoso da América Latina, é a formação de uma direita cristã que atravessa o universo do catolicismo e do pentecostalismo a partir de signos e fantasmas comuns, como a defesa da família tradicional e da religiosidade cristã, o combate às pautas feministas e LGBTQIAPN+ e a luta contra o comunismo – signos e fantasmas resgatados do universo semântico da Guerra Fria e significativamente presentes no golpe civil-militar de 1964, no impeachment fraudulento da presidenta Dilma Rousseff (2016), na ascensão do bolsonarismo (2018) e na tentativa frustrada de golpe civil-militar de 2023.

Não devemos, no entanto, estigmatizar católicos carismáticos e evangélicos e assim construir um muro que impede o diálogo e a disputa das subjetividades. Não estamos tratando de uma fração social monolítica.

Nas eleições presidenciais de 2018, por exemplo, Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) praticamente empataram entre os eleitores católicos, e embora Bolsonaro tenha obtido uma vantagem de mais de 11 milhões de votos entre os eleitores evangélicos, Haddad obteve aproximadamente 32% dos votos do segmento¹².

Nas eleições presidenciais de 2022, Lula (PT) obteve uma vantagem de aproximadamente 10 milhões de votos entre os eleitores católicos, e embora Bolsonaro (PL) tenha obtido uma vantagem de mais de 14 milhões de votos entre os eleitores evangélicos, Lula obteve aproximadamente 31% dos votos do segmento¹³.

¹² Fonte: <https://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>

¹³ Fonte: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/11/vantagem-de-lula-entre-eleitores-sem-religiao-contribuiu-para-vitoria-sobre-bolsonaro-aponta-estudo.ghtml>

Para que exista diálogo e disputa das subjetividades, faz-se necessário existir presença territorial concreta, via governos através de políticas e equipamentos públicos; via partidos, sindicatos e movimentos sociais através do trabalho de base.

O cristianismo, lato sensu, compartilha com o bolsonarismo e com a extrema-direita em escala planetária um campo lexical comum: deus e o diabo, o bem e o mal, a tradição e a depravação. O bolsonarismo obteve êxito em sequestrar a simbologia cristã em benefício próprio, assim como obteve êxito, em função da crise das alternativas anticapitalistas, de se apresentar como uma fração antissistema. Para tanto encontrou via propícia no universo digital.

AGENCIAMENTOS ALGORÍTMICOS

Um celular é um dispositivo de monitoramento que também faz ligações.

Julian Assange

Na medida em que a sociedade se afunda na impotência e no desespero, a única força que pode manter uma ordem é o autômato: a conexão das máquinas inteligentes com enormes massas de dados, a penetração dos automatismos técnicos no interior do espírito dos indivíduos e nas relações interindividuais. Uma sociedade de indivíduos deprimidos, solitários, pobres, governados pelos automatismos técnicos. O pior pesadelo da ficção científica distópica está em vias de se realizar.

Franco Berardi

Muito já se formulou sobre o caráter maquínico da humanidade no contexto da superexploração capitalista, mas o fato é que a metáfora adquiriu corporeidade. A humanidade não é maquínica apenas em função da superexploração da classe trabalhadora ou apenas em função da relação trabalhador-máquina no contexto da industrialização, mas também porque vive com máquinas acopladas ao corpo humano fora do espaço-tempo do trabalho: máquinas que capturam o olhar, capitalizam a atenção, monitoram hábitos e modelizam subjetividades.

No livro *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo (2023)*, Max Fisher identifica o princípio da revolução informática, o perfil ideológico hegemônico no Vale do Silício, a emergência das redes sociais e inúmeros eventos em que a maximização do engajamento, do tempo de tela e consequentemente do lucro via programação algorítmica resultaram em propagação de discursos de ódio, desinformação, radicalização, violência e desestabilização política mundo afora:

[...] estudos constataam com frequência que nossa noção de certo ou errado é fortemente influenciada, mesmo que de maneira inconsciente, pelo que achamos que nossos pares pensam: a moralidade por consenso tribal, guiada não por um anjo bom ou poder superior, mas pela deferência, tendo em mente a autopreservação, à tirania dos primos. (pág. 254)

[...]

O YouTube, ao mostrar aos usuários muitos vídeos em fila, com todos ecoando a mesma coisa, martela com força especial dois dos nossos pontos fracos na cognição – que a exposição repetitiva a uma afirmação, assim como a impressão de que a afirmação é aceita de forma ampla, a faz parecer mais verdadeira do que julgamos ser. A maioria dos espectadores, é claro, provavelmente rejeita vídeos de conspiração. Mas, em uma escala de bilhões, esses métodos superam tantas defesas entre os impressionáveis que ganham milhares de convertidos até para a causa mais ridícula. Ou a mais perigosa. (págs. 292 e 293).

[...]

[...] numa tentativa de responder às preocupações do público, Zuckerberg publicou um ensaio. “Um dos maiores problemas que as redes sociais enfrentam”, escreveu, “é que, quando deixadas sem controle, as pessoas se envolverão de modo desproporcional com conteúdo mais sensacionalista e provocador”. Ele incluiu no ensaio uma tabela que mostrava o engajamento em curva ascendente conforme o conteúdo do Facebook ficava mais extremado, até o ponto em que chegava no limite do que a plataforma permitia. “Nossas pesquisas sugerem que, independentemente de onde definirmos os limites do que é permitido, conforme um conteúdo ficar mais perto dessa fronteira, mais o público vai, em média, se engajar com esse conteúdo”, escreveu. “Em grande escala”, complementou, esse efeito “pode minar a qualidade do discurso público e levar à polarização.”

Guillaume Chaslot, o ex-integrante do YouTube, ficou pasmo. Ele havia passado anos tentando provar o que Zuckerberg, na prática, acabara de reconhecer. Conteúdo mais extremado ganha mais engajamento, ganha mais promoção e polariza os usuários. [...] (pág. 324)

[...]

O Brasil, sendo o segundo maior mercado mundial do YouTube, foi um tubo de ensaio para a influência crescente da plataforma, tal como Mianmar, Sri Lanka e Alemanha haviam sido para o Facebook. Também era uma lente para entender o impacto das redes sociais nos Estados Unidos, com os quais o Brasil tem semelhanças extraordinárias: uma democracia presidencial gigante, com uma classe média grande, definida pela separação racial, pela polarização crescente e por uma direita populista em ascensão que parecia viver na internet. Acima de tudo, o país serviu como uma espécie de vislumbre do futuro. (pág. 354)

[...]

Tal como Chaslot descobrira durante a eleição francesa de 2017, o YouTube tinha uma inclinação acentuadamente pró-Bolsonaro e deu uma guinada à direita durante um período em que os números de Bolsonaro nas pesquisas estavam fracos e estacionados. A plataforma não estava refletindo tendências do mundo real. Estava criando seu próprio mundo. (págs. 357 e 358)

[...]

[...] independentemente da recomendação, para vários pesquisadores sérios, analistas ou defensores de direitos humanos, tudo se resume à alguma versão do “off”. Seria uma internet menos sedutora, menos envolvente, na qual vídeos do YouTube que encantam ou grupos de Facebook que chamam a atenção seriam mais raros e não estariam prontamente à mão. Mas todas as provas também sugerem que seria um mundo em que menos professores seriam perseguidos até terem de se esconder, menos famílias seriam queimadas vivas na própria casa devido a revoltas alimentadas por boataria, menos vidas seriam arruinadas pela infâmia ou pela falsa promessa do extremismo. Menos crianças seriam privadas de vacinas capazes de salvar sua vida ou expostas à sexualização indesejada. Talvez até menos democracias seriam dilaceradas pela polarização, pelas mentiras e pela violência. (pág. 447)

Em ***Infocracia: digitalização e a crise da democracia (2022/2024)***, Byung-Chul Han distingue o regime disciplinar – associado ao capitalismo industrial – do regime de informação – associado ao capitalismo da informação. Naquele, corpos e energias são explorados e a posse dos meios de produção é decisiva para o exercício do poder. Neste, a posse de informações e dados e o seu processamento por algoritmos e inteligência artificial passam a determinar decisivamente processos sociais, econômicos e políticos:

Big Data e inteligência artificial constituem uma lupa digital que explora o inconsciente, oculto ao próprio agente, atrás do espaço de ação consciente. Em analogia ao inconsciente óptico, podemos chamá-lo de inconsciente digital. O Big Data e a inteligência artificial levam o regime da informação a um lugar em que é capaz de influenciar nosso comportamento num nível que fica embaixo do limiar da consciência. O regime da informação se apodera das camadas pré-reflexivas, pulsionais, emotivas, do comportamento, antepostas às ações conscientes. Sua psicopolítica dado-pulsional intervém em nosso comportamento, sem que fiquemos conscientes dessa intervenção. (págs. 23 e 24)

[...]

A psicometria, também chamada de psicografia, é um procedimento impulsionado por dados para a produção de um perfil de personalidade. O profiling (a caracterização de perfil) psicométrico torna possível prever melhor o comportamento de uma pessoa do que um amigo ou parceiro poderia. Com uma quantidade suficiente de dados, é possível até mesmo gerar informações que excedem aquilo que sabemos de nós mesmos. O smartphone é um aparato de gravação psicométrica que alimentamos com dados dia a dia, hora a hora até. Com ele, a personalidade de seu usuário pode ser computada com exatidão. O regime disciplinar tinha à disposição apenas informações demográficas que lhe permitiam uma biopolítica. O regime da informação, por sua vez, tem acesso a informações psicográficas que utiliza para a psicopolítica. (págs. 38 e 39)

[...]

Estamos, hoje, aprisionados em uma caverna digital supondo estarmos em liberdade. Estamos agrilhoados na tela digital. Os prisioneiros da caverna platônica estão inebriados pelas imagens mítico-narrativas. A caverna digital, por sua vez, nos mantém aprisionados em informações. A luz da verdade está completamente extinta. Não há mais fora da caverna informacional. Um forte ruído de informação faz desaparecer os contornos do ser. A verdade não gera ruído. (pág. 106)

Evgeny Morozov, por sua vez, em ***Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política (2018/2023)***, além de diagnosticar o universo distópico produzido pela exploração capitalística dos dados e da inteligência artificial, resgata a teoria da dependência – traçando um paralelo entre dominação tecnológica e poder global – e aponta caminhos para o enfrentamento do cenário a partir de uma perspectiva progressista:

[...] é possível que os cidadãos reconquistem a soberania popular sobre a tecnologia? Sim, é possível – mas somente se antes reconquistarmos a soberania sobre a economia e a política. (pág. 25)

[...]

É possível fazer uma crítica emancipatória da tecnologia? Estou convencido de que sim. Mas o primeiro passo para que ela seja articulada é entender as deficiências da nossa crítica de tecnologia atual, que é ineficaz por algum motivo. E há apenas uma forma de torná-la radical e verdadeiramente efetiva: ela precisa tratar seriamente não só da economia política do Vale do Silício, como também de seu papel cada vez mais preponderante na arquitetura fluida, e em constante evolução, do capitalismo global contemporâneo. (pág. 26)

[...]

Em suma, a capacidade que temos de instalar sensores e conectividade com a internet em praticamente tudo, incluindo o nosso próprio corpo, também torna possível mercantilizar tudo e atribuir um preço às informações associadas ao contexto de seu uso. Os sensores e a conectividade onipresente ajudam a criar novos mercados líquidos para essas informações, permitindo que os cidadãos monetizem o automonitoramento. (pág. 130)

[...]

Um fato desconfortável, pouco citado pela maioria dos defensores da economia digital, é que, apesar de uma onda de startups e do enorme apoio que elas recebem por parte dos investidores de risco, o mercado está dividido entre cinco grandes empresas de tecnologia: Apple, Google, Facebook, Microsoft e Amazon. E muitas startups têm uma única estratégia de saída e um único modelo de negócio: serem adquiridas por uma dessas grandes empresas. Com isso, elas não precisam se preocupar com a viabilidade de seus modelos de negócio, com a geração de receitas e com a lucratividade: basta conceberem o serviço de tal modo que este seja complementar às estratégias de expansão de gigantes como Google ou Facebook, que, ao comprarem a startup e os dados por ela gerados, acharão uma maneira de integrá-los em seus imensos impérios de dados. (págs. 147 e 148)

[...]

Recuperar o papel da tecnologia como uma força emancipatória, que não se limita ao papel neoliberal que lhe é atribuído pelo Vale do Silício: talvez essa seja a maior contribuição que a sociedade civil pode dar ao atual debate digital. (pág. 181)

Em síntese, somos todos ciborgues e reféns da tirania algorítmica arquitetada pelos ideólogos do Vale do Silício. A regulação das big techs e o enfrentamento da tirania algorítmica se impõem como tarefas fundamentais à defesa da democracia, da autodeterminação dos povos e da soberania das nações, mas não se trata de um desafio isolado do conjunto de desafios colocados para a classe trabalhadora, inclusive porque as big techs lideram o universo da acumulação e da especulação, de modo que a regulação se insere no campo de disputa entre capital e trabalho.

MAIORES EMPRESAS POR VALOR DE MERCADO¹⁴

COMPANIES MARKET CAP (\$ USD)

	Empresa	Valor de mercado	Nacionalidade
1	NVIDIA	\$4.321 T	EUA
2	Apple	\$4.110 T	EUA
3	Alphabet (Google)	\$3.906 T	EUA
4	Microsoft	\$3.545 T	EUA
5	Amazon	\$2.455 T	EUA
6	Broadcom	\$1.818 T	EUA
7	Meta (Facebook, Instagram e WhatsApp)	\$1.603 T	EUA
8	Saudi Aramco	\$1.581 T	AS
9	TSMC	\$1.476 T	CHN (Taiwan)
10	Tesla	\$1.394 T	EUA
11	Berkshire Hathaway	\$1.097 T	EUA
12	Eli Lilly	\$995.01 B	EUA
13	Walmart	\$853.90 B	EUA
14	J.P. Morgan	\$833.17 B	EUA
15	Tencent	\$727.09 B	CHN
16	Visa	\$649.30 B	EUA
17	Oracle	\$561.69 B	EUA
18	Johnson & Johnson (J&J)	\$497.92 B	EUA
19	Martercard	\$494.01 B	EUA
20	ExxonMobil	\$488.18 B	EUA
21	Samsung	\$466.18 B	KOR
22	Netflix	\$442.37 B	EUA
23	AbbVie	\$409.67 B	EUA
24	Costco	\$396.61 B	EUA
25	Agricultural Bank of China	\$392.56 B	CHN
26	Palantir Technologies	\$389.81 B	EUA
27	ASML	\$389.39 B	NL
28	Bank of America	\$388.71 B	EUA
29	Alibaba	\$374.62 B	CHN
30	Industrial and Commercial Bank of China	\$373.43 B	CHN

¹⁴ Fonte: <https://companiesmarketcap.com/> . Consulta em 26 de novembro de 2025.

A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014¹⁵, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, conhecida como o Marco Civil da Internet, embora represente um avanço significativo, revela-se insuficiente para combater a manipulação algorítmica e responsabilizar as plataformas digitais.

Em junho de 2025, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário (RE) 1037396, relatado pelo ministro Dias Toffoli, e o Recurso Extraordinário (RE) 1057258, relatado pelo ministro Luiz Fux, reconheceu como parcialmente inconstitucional a regra inscrita no art. 19 do Marco Civil da Internet:

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet **somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente**, ressalvadas as disposições legais em contrário.

A tese de repercussão geral formulada pelo STF¹⁶ considera que o supramencionado dispositivo legal não confere proteção suficiente a bens jurídicos constitucionais de alta relevância (proteção de direitos fundamentais e da democracia). Nos termos da decisão,

5. O provedor de aplicações de internet é responsável quando não promover a indisponibilização imediata de conteúdos que configurem as práticas de crimes graves previstas no seguinte rol taxativo: (a) condutas e atos antidemocráticos que se amoldem aos tipos previstos nos artigos 286, parágrafo único, 359-L, 359-M, 359-N, 359-P e 359-R do Código Penal; (b) crimes de terrorismo ou preparatórios de terrorismo, tipificados pela Lei nº 13.260/2016; (c) crimes de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, nos termos do art. 122 do Código Penal; (d) incitação à discriminação em razão de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexualidade ou identidade de gênero (condutas homofóbicas e transfóbicas), passível de enquadramento nos arts. 20, 20-A, 20-B e 20-C da Lei nº 7.716, de 1989; (e) crimes praticados contra a mulher em razão da condição do sexo feminino, inclusive conteúdos que propagam ódio às mulheres (Lei nº 11.340/06; Lei nº 10.446/02; Lei nº 14.192/21; CP, art. 141, § 3º; art. 146-A; art. 147, § 1º; art. 147-A; e art. 147-B do CP); (f) crimes sexuais contra pessoas vulneráveis, pornografia infantil e crimes graves contra crianças e adolescentes, nos termos dos arts. 217-A, 218, 218-A, 218-B, 218-C, do Código Penal e dos arts. 240, 241-A, 241-C, 241-D do Estatuto da Criança e do Adolescente; g) tráfico de pessoas (CP, art. 149-A).

¹⁵ Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm

¹⁶ Fonte: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-define-parametros-para-responsabilizacao-de-plataformas-por-conteudos-de-terceiros/>

Além de fixar uma tese de repercussão geral, o STF verbalizou um apelo ao Congresso Nacional para que elabore legislação capaz de sanar as deficiências do atual regime quanto à proteção de direitos fundamentais.

Aprovado no Senado Federal em 30 de junho de 2020 com 44 votos favoráveis, 32 votos contrários e 2 abstenções, o Projeto de Lei nº 2630, de 2020¹⁷, de autoria do Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados. Denominado PL das Fake News, almeja instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

Embora o texto aprovado no Senado contenha seções específicas sobre moderação de conteúdo, impulsionamento, autorregulação e sanções, não contém nenhuma menção explícita aos sistemas algorítmicos explorados pelas plataformas de redes sociais. Quaisquer políticas corporativas de moderação de conteúdo tendem a fracassar quando o próprio sistema algorítmico explorado maximiza o engajamento de postagens com informações falsas, discursos de ódio e/ou antidemocráticos.

Aprovado no Senado Federal em 10 de dezembro de 2024, o Projeto de Lei nº 2338, de 2023¹⁸, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), também se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. A proposição dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.

O texto aprovado no Senado contém seções específicas sobre avaliação de impacto algorítmico de sistemas de IA e sobre sanções administrativas aplicáveis aos agentes de IA em razão das infrações cometidas contra as normas previstas na proposição, mas delega a responsabilidade da avaliação de impacto algorítmico aos próprios desenvolvedores de sistemas de IA. O Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a estabelecer o Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), a ser coordenado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

O Projeto de Lei nº 2821, de 2022¹⁹, de autoria do Senador Fabiano Contarato (PT/ES), altera o Marco Civil da Internet para coibir a disseminação de conteúdos que incitem o ódio, a discriminação ou o preconceito nas redes sociais e nas plataformas de busca.

O Projeto de Lei nº 1421, de 2026²⁰, de autoria da Deputada Federal Natália Bonavides (PT/RN), altera o Marco Civil da Internet para dispor

¹⁷ Fonte: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2256735>

¹⁸ Fonte: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2487262>

¹⁹ Fonte: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/155169>

²⁰ Fonte: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2612311>

especificamente sobre transparência e governança algorítmica, de modo a vedar práticas digitais de indução compulsiva e de manipulação abusiva do comportamento do usuário, bem como coibir a amplificação lucrativa de conteúdos ilícitos e a distorção opaca do debate público.

Um mínimo de neutralidade algorítmica se faz necessário não somente durante os processos de disputa político-eleitoral, mas a todo momento, do contrário os arcabouços normativos dos sistemas político-eleitorais que almejam assegurar paridade de armas serão minados por vieses algorítmicos e a construção da opinião pública continuará sendo condicionada pelo Vale do Silício.

DIGRESSÕES E CAMINHOS POSSÍVEIS

É no funcionamento de base dos comportamentos perceptivos, sensitivos, afetivos, cognitivos, linguísticos etc. que se engasta a maquinaria capitalística, cuja parte desterritorializada “invisível” é, sem dúvida, a mais implacavelmente eficaz. [...] O capitalismo se apodera dos seres humanos por dentro.

Félix Guattari

Um novo movimento revolucionário está em busca de si mesmo. Ele nasce dentro e fora do movimento operário tradicional, a sua proliferação converge potencialmente para uma frente intrinsecamente unificada pela exploração. Ele destruirá as normas repressivas da jornada de trabalho e da apropriação capitalista da totalidade do tempo de vida.

Antonio Negri e Félix Guattari

No presente estudo, em desacordo com Marilena Chauí, compreende-se a classe média como uma fração social atravessada pelo medo da pauperização e pelo anseio da ascensão, mas não como uma fração monolítica ou como uma abominação política. Trata-se de uma classe em disputa, transpassada por múltiplos agenciamentos.

Em desacordo com Jessé Souza, considera-se que inexistente um novo tipo social a merecer a alcunha de pobre de direita, mas sim uma classe trabalhadora atravessada pela desertificação neoliberal, pela crise de alternativas anticapitalistas, por agenciamentos algorítmicos, religiosos, dentre outros. As subjetividades da classe trabalhadora estão em disputa.

No momento em que a intelectualidade busca interpretar a contemporaneidade a partir de conceitos como capitalismo cognitivo, tecnofeudalismo, biocapitalismo ou capitalismo superindustrial, vislumbrando a superação do trabalho como fundamento do mais-valor em benefício da ciência como força produtiva (Haddad, 2026, pág. 366) e a formação de uma nova classe não proprietária denominada cognitariado (Haddad, 2026, pág. 404), os dados constantes na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE parecem traduzir uma realidade mais tangível e conseqüentemente passível de transformação.

Na atual conjuntura, quais os rumos possíveis para o governo Lula ou para as frações de esquerda que o integram? Quais os caminhos possíveis para o Partido dos Trabalhadores? O que fazer?

O governo Lula, concebido como um governo de frente ampla em defesa da democracia e da reconstrução nacional, e compreendido, portanto, como um governo pluriclassista, além de se materializar como um instrumento de defesa do Estado Democrático de Direito, necessita também perseguir o programa de governo apresentado nas eleições de 2022, preenchendo a democracia formal com direitos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Merecem destaque, dentre as diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil²¹ da Coligação Brasil da Esperança:

- colocar os pobres no orçamento e os super-ricos pagando impostos;
- revogar os marcos regressivos da reforma trabalhista e propor uma nova legislação trabalhista de extensa proteção social;
- reindustrializar o país em novas bases tecnológicas e ambientais;
- realizar a reforma agrária e estimular a economia solidária, a economia criativa e a economia verde inclusiva;
- retomar a política de valorização do salário-mínimo;
- reconstrução da seguridade e da previdência social para ampla inclusão dos trabalhadores, por meio da superação das medidas regressivas e do desmonte promovido pelo governo Bolsonaro;
- reconstrução e fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- resgate das metas do Plano Nacional de Educação;
- fortalecimento do SUS público e universal e fomento ao Complexo Econômico e Industrial da Saúde;
- garantia do direito à cidade através de uma ampla reforma urbana;
- superação do modelo bélico de combate às drogas e do genocídio da juventude negra;

²¹ Fonte: <https://l1nq.com/soXKd>

- reformulação dos processos de seleção, formação e capacitação continuada dos policiais, atualização de doutrinas e padronização de procedimentos operacionais;
- proteção dos direitos e dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais;
- reforma tributária solidária, justa e sustentável, garantindo a progressividade tributária e combatendo a sonegação fiscal;
- coordenar a política econômica para combater a inflação e enfrentar a carestia, em particular a dos alimentos e a dos combustíveis e eletricidade;
- abrigar o preço dos combustíveis e ampliar a produção nacional de derivados com expansão do parque de refino;
- promover a renegociação das dívidas das famílias e das pequenas e médias empresas por meio dos bancos públicos e de incentivos aos bancos privados;
- reverter a desnacionalização do nosso parque produtivo e modernizá-lo;
- reforma política que fortaleça as instituições da democracia representativa e ao mesmo tempo amplie os instrumentos da democracia participativa;
- reforma do Estado que traga mais transparência aos processos decisórios, direcionando a esfera pública e a ação governamental para as entregas públicas que realizem os direitos constitucionais;
- democratização dos meios de comunicação;
- fortalecer a legislação no sentido de garantir a neutralidade da rede, a pluralidade, a proteção de dados e coibir a propagação de mentiras e mensagens antidemocráticas ou de ódio.

Muitas dessas diretrizes, no entanto, são bloqueadas pela maioria conservadora que ocupa o Congresso Nacional. Fazê-las prosperar reivindica, pois, um modelo de governabilidade que combine articulação político-institucional e luta social. Um modelo de governabilidade que seja pedagógico no sentido de explicitar quem atravessa as pautas de interesse da classe trabalhadora.

Os territórios periféricos atravessados pela despossessão necessitam ser ocupados com equipamentos e políticas públicas de educação, saúde, geração de emprego e renda, economia solidária, moradia, assistência social, cultura, esporte e lazer, do contrário serão hegemônicos pelo mercado dos bens de salvação e pelo crime organizado, dada a ausência de alternativas.

Ocupar esses territórios com equipamentos e políticas públicas, assim como reindustrializar o país em novas bases tecnológicas e ambientais ou garantir o direito à cidade através de uma ampla reforma urbana reivindica investimentos públicos substantivos, de modo que também cabe ao governo Lula enfrentar os interesses de um espectro que possui maioria parlamentar e impõe severos limites fiscais ao governo: o espectro do mercado.

No artigo intitulado ***O discurso econômico da austeridade e os interesses velados***, constante no livro ***O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil (2018)***, Pedro Rossi e Esther Dweck afirmam, com base em evidências históricas, que a austeridade provoca queda no crescimento e aumento da dívida pública, além de impor sacrifícios para a parcela mais vulnerável da população. A mesma tese se encontra no livro ***Economia para a transformação social (2023)***, de Juliane Furno e Pedro Rossi.

Se é verdade que a revogação da EC 95/16 (teto de gastos) foi uma vitória do governo Lula, também é verdade que o regime fiscal sustentável, instituído pela Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, automatiza medidas de ajuste fiscal em caso de descumprimento de meta de resultado primário e institui um piso (0,6%) e um teto (2,5%) para o crescimento real das despesas da União. Ademais, o serviço da dívida pública, os incentivos tributários e as emendas impositivas sequestram parte significativa do orçamento da União, o que é agravado pela autonomia do Banco Central e sua política de juros elevados.

No livro ***O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política (1997/2016)***, Slavoj Žižek denuncia a despolitização da esfera econômica como sintoma da era pós-política e a consequente circunscrição do debate público a questões culturais: diferenças religiosas, sexuais, étnicas e de estilo de vida. Žižek defende então uma repolitização radical da economia:

[...] a única forma efetiva de criar uma sociedade em que decisões arriscadas de longo prazo advenham de um debate público, envolvendo todos os interessados, é certo tipo de limitação radical da liberdade do capital, de subordinação do processo de produção ao controle social. (pág. 371)

O governo Lula acerta, portanto, ao deslocar o debate público da pauta de costumes explorada pela extrema-direita para a pauta socioeconômica, como o fez ao propor a isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês, a ser compensada pela tributação dos mais ricos; ao aderir à mobilização política pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários; e ao projetar no horizonte a gratuidade do transporte público (tarifa zero).

Mas é preciso ir além...

Enfrentar o espectro do mercado e sua base de sustentação parlamentar reivindica a superação de um modelo de governabilidade baseado na redução de danos e a adoção de outro modelo que dê lugar à mobilização social e ao enfrentamento político. Não será a defesa da democracia em abstrato que mobilizará parcelas significativas da classe trabalhadora, mas sim a defesa de uma democracia substantiva, que se materializa através de direitos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. O horizonte democrático do governo Lula deve ser projetado como sonho possível para que possa ser desejado e reivindicado pela classe trabalhadora.

Ao Partido dos Trabalhadores, que realizou, em abril de 2026, o seu 8º Congresso Nacional, cabe definir uma estratégia de disputa do poder político, um programa de reformas estruturais e uma agenda de mobilização permanente da classe trabalhadora.

Na Resolução Política aprovada em 06 de fevereiro de 2026 pelo Diretório Nacional²², o PT se reafirma como um partido democrático, popular e socialista e observa que estamos atravessando uma crise estrutural do capitalismo:

O Brasil e o mundo atravessam uma crise estrutural do capitalismo, marcada pela intensificação das desigualdades, pela precarização das condições de vida e de trabalho e pela ascensão da extrema-direita em diversas partes do mundo, em especial na América e na Europa. Trata-se de uma resposta autoritária das elites econômicas e políticas à incapacidade do capitalismo contemporâneo de oferecer dignidade, estabilidade e perspectiva de futuro às maiorias sociais, assumindo formas renovadas de fascismo que combinam neoliberalismo radical, autoritarismo político, violência social e ataque sistemático a direitos.

Na referida resolução, o PT ressalta o fim da escala 6x1 sem redução de salários, a tarifa zero no transporte público, a proteção social dos trabalhadores por aplicativo, a universalização do acesso à creche e o combate à violência contra as mulheres como pautas prioritárias para o próximo período de lutas. A inovação, a tecnologia, a transição energética e o desenvolvimento sustentável devem, nos termos da resolução, integrar o centro do projeto de desenvolvimento liderado pelo PT.

No Manifesto do PT para seguir transformando o país²³, aprovado em seu 8º Congresso Nacional, o PT verbaliza o socialismo democrático como horizonte programático e define reformas estruturais estratégicas como parte de seu projeto nacional de desenvolvimento: a) Reforma

²² Fonte: <https://pt.org.br/resolucao-aprovada-pelo-diretorio-nacional-do-pt-nos-46-anos-do-partido/>

²³ Fonte: <https://pt.org.br/construindo-o-futuro-manifesto-do-pt-para-seguir-transformando-o-pais/>

política e eleitoral; b) Reforma tributária; c) Reforma tecnológica; d) Reforma do Poder Judiciário; e) Reforma administrativa; f) Reforma agrária; e g) Reforma da comunicação. Nos termos do Manifesto,

Essas reformas estruturantes organizam o núcleo estratégico do projeto nacional e consolidam o caminho que o Brasil já começou a trilhar. Elas implicam a continuidade e o aprofundamento das políticas públicas e projetos estruturantes em curso. E exigem que o Brasil dê um passo além neste próximo ciclo: que consolide este legado de conquistas e apresente e implemente um projeto de futuro para as próximas gerações.

O Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso com a construção de um novo projeto histórico. Um projeto que supere os limites do capitalismo brasileiro, combine democracia, desenvolvimento e soberania, e devolva à política sua capacidade de transformar a realidade. É nesse terreno que se decidirá o futuro do Brasil e do mundo.

Em entrevista²⁴ concedida à Folha de São Paulo após as eleições municipais de 2024, Fernando Haddad advoga em defesa da utopia: “Quando você não tem um sonho, um horizonte utópico que guia as pessoas, você tem um horizonte distópico. E a extrema direita é distópica”. **Para Haddad, cabe aos partidos de esquerda o papel de formular, de olhar para horizontes de longo prazo, de encantar com propostas: “Para evitar distopia, você precisa ter uma utopia. Para evitar regressão, você precisa ter emancipação.”**

Em *Capitalismo superindustrial: caminhos diversos, destino comum (2026)*, Fernando Haddad faz uma observação que nos ajuda a evitar que a utopia degenere em fantasia:

Porém, uma coisa é certa: a ideia de um conagraçamento social-democrata de classe, nacional ou universal, nos novos marcos políticos do capitalismo parece, a esta altura, pura fantasia. (pág. 367)

Paolo Demuru, no livro *Políticas do encanto: extrema direita e fantasias de conspiração (2024)*, defende a tese de que não adianta enfrentar os encantos do extremismo de direita apenas com fatos, dados e raciocínios, pois a luta da vez é a “luta pela maravilha”:

²⁴ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2024/10/haddad-diz-que-esquerda-deve-um-sonho-e-que-extrema-direita-distopica-ocupa-o-picadeiro.shtml>

Desmontar a narrativa do adversário de maneira eficaz é importante, mas não basta. Também é preciso ocupar a esfera do debate público com novos conteúdos, que não permaneçam exclusivamente no campo semântico traçado pelo oponente. Dito de maneira simples e direta, devemos impor outras pautas, inventar e difundir outras histórias. Histórias que não tenham nada a ver com aquelas contadas pelo rival. Soa banal e talvez um pouco meloso, mas é o que tem que ser feito: imaginar outros mundos, outras vidas, outras conversas, outras formas de sociabilidade. (pág. 87)

Em ***Psicologia de massas e bolsonarismo: uma escuta do Brasil de 2018 a 2023 (2024)***, Rita Almeida defende que o norte dos movimentos progressistas deve ser recuperar a capacidade de inventar utopias e assim reconquistar o desejo das massas (pág. 236).

Quando lutamos pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, estamos, em sintonia com Negri e Guattari, lutando contra a apropriação capitalista da totalidade do tempo de vida. Quando denunciemos a tirania algorítmica e defendemos a regulação das big techs, estamos, em diálogo com Guattari, combatendo a parte invisível da maquinaria capitalística que modeliza as subjetividades e se apodera dos seres humanos por dentro.

A conclusão do presente estudo não poderia deixar de ser, portanto, um elogio à utopia. A transformação social que acalentamos é tão bonita e necessária que temos o dever militante de imaginá-la e de construir as condições políticas necessárias para transformá-la em realidade.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rita. Psicologia de massas e bolsonarismo: uma escuta do Brasil de 2018 a 2023. São Paulo: e-galáxia, 2024. E-book.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>>. Acesso em 24 de novembro de 2025.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Vantagem de Lula entre eleitores sem religião contribuiu para vitória sobre Bolsonaro. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/11/vantagem-de-lula-entre-eleitores-sem-religiao-contribuiu-para-vitoria-sobre-bolsonaro-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em 24 de novembro de 2025.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSANGE, Julian et al. Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet. São Paulo: Boitempo, 2013. E-book.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em 14 de abril de 2025.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em 24 de setembro de 2025.

CEBRAP. Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos. São Paulo: CEBRAP, 2023.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 2012.

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, Gilles. O abecedário de Gilles Deleuze: série de entrevistas concedidas a Claire Parnet entre 1988 e 1989. Disponível em: <<https://machinedeleuze.wordpress.com/2021/06/07/o-abecedario-de-gilles-deleuze-transcricao-completa/>>. Acesso em: 14 de maio de 2026.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DEMURU, Paolo. Políticas do encanto: extrema direita e fantasias da conspiração. São Paulo: Elefante, 2024.
- DWECK, Esther; ROSSI, Pedro. O discurso econômico da austeridade e os interesses velados. In: O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. Org: Esther Solano Gallego. São Paulo: Boitempo, 2018. E-book.
- FERNANDES, Sílvia; LELLIS, Nelson. A igreja e a política: católicos e catolicismos em metamorfose. Rio de Janeiro: Ateliê de humanidades, 2024.
- FISHER, Max. A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Todavia, 2023.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FURNO, Juliane. Endividamento das famílias e frustração da juventude impactam popularidade de Lula. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2026/04/13/endividamento-das-familias-popularidade-de-lula/>>. Acesso em 20 de maio de 2026.
- FURNO, Juliane; ROSSI, Pedro. Economia para a transformação social. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autonomia Literária, 2023.
- GUATTARI, Félix. A revolução molecular. São Paulo: Ubu Editora, 2024.
- GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GUATTARI, Félix; BERARDI, Franco Bifo; BERTETTO, Paolo. Desejo e revolução. São Paulo: Sobinfluência, 2022. E-book.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HADDAD, Fernando. Capitalismo superindustrial: caminhos diversos, destino comum. São Paulo: Companhia das Letras, 2026. E-book.

HADDAD, Fernando. Esquerda está devendo um sonho e palhaços de extrema direita ocupam o picadeiro. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2024/10/haddad-diz-que-esquerda-deve-um-sonho-e-que-extrema-direita-distopica-ocupa-o-picadeiro.shtml>>. Acesso em 14 de abril de 2025.

HAN, Byung-Chul. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102240>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2026.

IBGE. Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102035>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2025.

IBGE. Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais. Rio de Janeiro, IBGE, 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/empreendedorismo/38014-estatisticas-dos-cadastros-de-microempreendedores-individuais.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2025.

LA BOÉTIE, Étienne de. Discurso da servidão voluntária. Montecristo Editora, 2020. E-book.

LACERDA, Marina Basso. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NEGRI, Antonio. Biocapitalismo: entre Spinoza e a constituição política do presente. São Paulo: Iluminuras, 2015.

NEGRI, Antonio; GUATTARI, Félix. As verdades nômades: por novos espaços de liberdade. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Politeia, 2017.

NVIDIA supera US\$ 5 trilhões em valor de mercado. CNN Brasil, São Paulo, 29 de outubro de 2025. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/nvidia-supera-us-5-trilhoes-em-valor-de-mercado/>>. Acesso em 26 de novembro de 2025.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resolução Política do Diretório Nacional do PT – 06 de fevereiro de 2026. Disponível em: <<https://pt.org.br/resolucao-aprovada-pelo-diretorio-nacional-do-pt-nos-46-anos-do-partido/>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2026.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Construindo o futuro: manifesto do PT para seguir transformando o país. Disponível em: <<https://pt.org.br/construindo-o-futuro-manifesto-do-pt-para-seguir-transformando-o-pais/>>. Acesso em 26 de maio de 2026.

PRADO, Caio. Os fundamentos econômicos da revolução brasileira. In: Caminhos da revolução brasileira. Org: Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo, 2019.

PRICE, Cori Tucker. Los Angeles' Azusa Street revival remade democracy once. Its lessons apply today. Los Angeles Times, 7 de agosto de 2025. Disponível em: <<https://www.latimes.com/opinion/story/2025-08-07/los-angeles-azusa-street-pentecostalism-great-migration-religion>>. Acesso em 26 de novembro de 2025.

SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

SIMMEL, Georg. Sociologia da religião. Curitiba: antoniofontoura, 2024. E-book.

SOUZA, Jessé. O pobre de direita: a vingança dos bastardos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024. E-book.

SPYER, Juliano. Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF define parâmetros para responsabilização de plataformas por conteúdos de terceiros. STF, Brasília, 26 de junho de 2025. Disponível em: <<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-define-parametros-para-responsabilizacao-de-plataformas-por-conteudos-de-terceiros/>>. Acesso em 26 de novembro de 2025.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2020. E-book.

ŽIŽEK, Slavoj. O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política. São Paulo: Boitempo, 2016.

